

# Taxa de terreno de marinha pode mudar

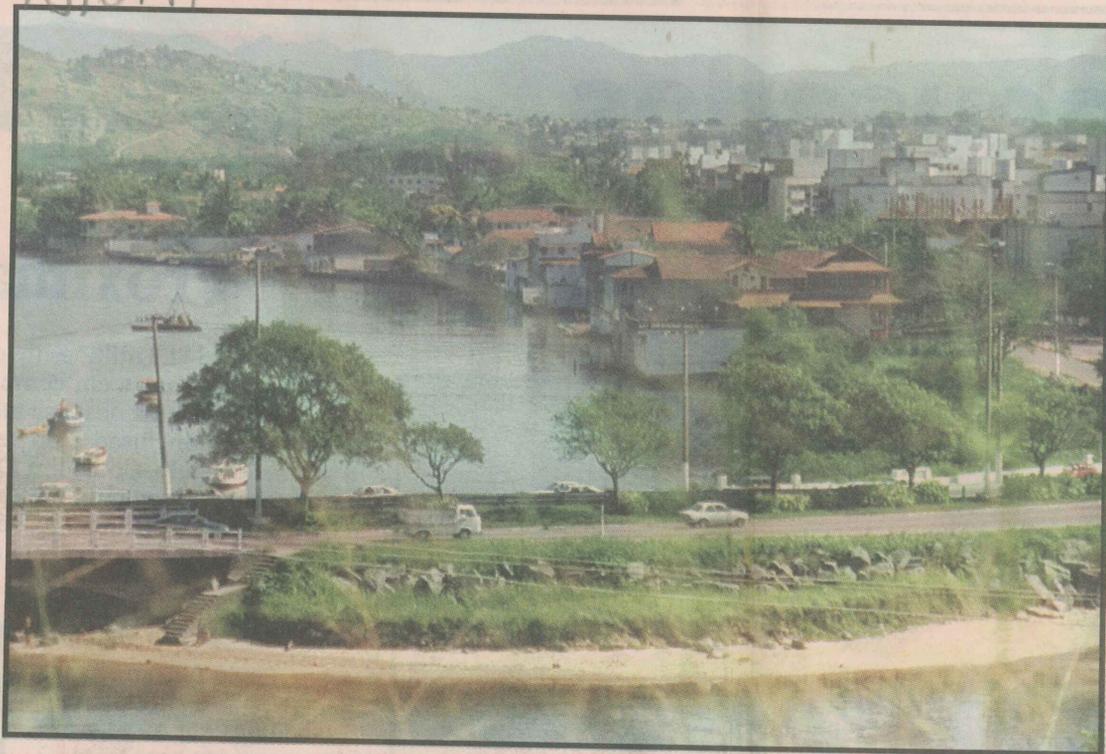
Expectativa de revisão na cobrança aumenta com a posse de Dias no ministério

WALTER CONDE

A expectativa de que ocorra uma revisão na cobrança das taxas de ocupação de terreno de marinha, ou até a sua extinção em áreas densamente habitadas, como a Grande Vitória, aumentou para os capixabas. O assunto voltou ao debate, após a posse do economista Guilherme Dias no cargo de ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, pasta responsável pelo setor de arrecadação do laudêmio e demais tributos desses terrenos.

O assunto se torna polêmico porque a cobrança tributária é respaldada em uma legislação da época do Império, assinada pelo imperador Dom Pedro II. São classificados como terreno de marinha todos os imóveis localizados em uma distância de 33 metros para a parte da terra, da posição da preamar média de 1831.

Os aterros que ocorreram posteriormente não são considerados pela União. É o que ocorre em todo o Centro de Vitória, Bento Ferreira, parte da Praia do Canto, além de bairros de Vila Velha, como alguns trechos de São Torquato. São cobranças anuais da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), cujos valores chegam a ser superiores ao IPTU que é cobrado pelas prefeituras sobre esses mesmos terrenos.



Arquivo

## Área nobre

Várias áreas de Vitória, como as próximas ao canal de Camburi, são consideradas terrenos de marinha, mesmo após os aterros sofridos

O presidente da Associação Capixaba de Supermercados (Acaps), Luiz Coutinho, presente à posse de Guilherme Dias na semana passada, está otimista de que o novo ministro interceda a favor

dos capixabas. A expectativa de revisão desse tipo de cobrança veio junta com outras esperanças, como um maior apoio do Governo federal no desenvolvimento regional. "Como a cobrança está ligada

à pasta do ministro Guilherme, vejo muita possibilidade", disse Coutinho.

## Esperança

"Acho que sim, porque já havia uma preocupação do Guilherme em resolver. Inclusive em fazer um mutirão no SPU para resolver processos pendentes. É uma luz a mais nesse caminho", disse o secretário municipal de Desenvolvimento da Cidade de Vitória, William Galvão Lopes. Além dessa revisão, conta com apoio para projetos econômicos.

O deputado federal Ricardo Ferraço é outro que viu com otimismo a posse de Dias em um ministério que controla o SPU. O ministro foi procurado para falar sobre as taxas de marinha, mas preferiu evitar o tema.

## HISTÓRIA

### Faixa fixada nos tempos da Coroa

A cobrança das taxas de ocupação de terreno de marinha tem origem na Ordem Régia de 1710, embora a regulamentação atual seja de uma legislação de 1946, fundamentada em cima do que foi criado pelo imperador Dom Pedro II. A fixação de uma faixa de 33 metros, a partir da preamar média de 1831, era justificada pela Coroa como meio de defesa de ataques estrangeiros. Com a expansão urbana, os aterros feitos principalmente pelos Governos estaduais e municipais, a faixa permaneceu intocada. Moradores de quadras e bairros inteiros, na Grande Vitória, Florianópolis, Rio de Janeiro, Salvador, Belém, entre outras cidades, não têm a posse legal de seu próprio patrimônio. Um projeto do senador Paulo Hartung (PSB) está tentando mudar esse quadro.